

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.586 - RJ (2018/0339330-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
AGRAVANTE : BRUNO FLAUZINO FERREIRA
ADVOGADOS : RICARDO RABELO MACEDO - RJ091414
CLEITON DA SILVA FREITAS - RJ174223
DOUGLAS PIMENTEL DE SOUZA E OUTRO(S) - RJ166378
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por BRUNO FLAUZINO FERREIRA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que inadmitiu o seu apelo especial.

Consta dos autos que o agravante foi condenado à pena de 6 meses de detenção, em regime aberto, mais pagamento de 10 dias-multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 2 meses, como incurso nas sanções do artigo 306 da Lei n. 9.503/97, substituída a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos.

Inconformada, a defesa interpôs apelação, a qual não foi recebida pelo magistrado singular, em razão de sua intempestividade.

Interposto recurso em sentido estrito, a Corte Estadual negou provimento à irresignação.

Em Recurso Especial apresentado com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, a defesa sustentou negativa de vigência ao artigo 219 do Código de Processo Civil, sob o argumento, em síntese, de que a contagem do prazo em dias úteis deveria ser aplicada por analogia ao processo penal.

O apelo nobre não foi admitido pela instância de origem, ensejando a presente insurgência, na qual o recorrente sustenta que o óbice indicado na decisão objurgada não incidiria *in casu*.

Requer o recebimento do agravo a fim de que seja admitido o Recurso Especial.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, constata-se que, de fato, o Recurso Especial interposto não merece seguimento.

Acerca da questão submetida ao crivo deste Sodalício, importante trazer à colação trecho do acórdão recorrido, *verbis*:

"Em suas razões pretende a reforma do decisum para que lhe seja devolvido o prazo recursal, para que seja o recurso de Apelação recebido, possibilitando a apresentação de razões.

Alega, ainda, que o Recorrente não pode ser penalizado, visto que, em seu entendimento, o novel CPC modificou a contagem de prazo processual, e haveria prazo ainda para a interposição do recurso, visto que a contagem do prazo

recursal se dá em dias úteis, de acordo com aquele diploma processual.

O que se percebe, com clareza, é que o Recorrente não observou corretamente o prazo recursal, pois após a sentença condenatória, à fls. 152/155, datada de 27/04/2016, ao seu final, determina a intimação do Recorrente para dar cumprimento à pena restritiva de direitos à ele cominada.

Ora, estando ele e sua defesa técnica cientes da condenação ao Recorrente imposta, e irresignado com a decisão, bastaria simplesmente interpor o recurso de Apelação, no prazo processual regido pelo Art. 593 do Estatuto Processual Penal [...]

[...]

Aduziu a defesa técnica que o prazo seria contado em dias úteis, na forma do Art. 219 do Novo CPC.

Aduziu ainda que a aplicação de tal norma é possibilitada pela interpretação extensiva e analógica do Art. 3º do Código Processual Penal.

Ocorre que há normas específicas para a contagem de prazo e para a interposição de recurso, sendo, dessa maneira, despicienda a interpretação analógica para o mesmo ato processual, visto haver, repise-se, norma específica para a sua prática." (e-STJ, 249/250)

Do excerto transcrito infere-se que o Colegiado *a quo* adotou entendimento que converge ao posicionamento deste Tribunal Superior sobre a matéria, no sentido de que, após a entrada em vigor da Lei n. 13.105/2015 (Código de Processo Civil), a nova regra prevista em seu artigo 219 não se aplica às controvérsias que se referem à matéria penal ou processual penal, permanecendo aplicável a norma especial estabelecida no artigo 798 do CPP, segundo a qual os prazos deverão ser computados de forma contínua, não havendo que se proceder a sua contagem em dias úteis.

A propósito:

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FORMA DE CONTAGEM DOS PRAZOS NO PROCESSO PENAL. DIAS CORRIDOS. NÃO INCIDÊNCIA DO NOVO CPC NA FORMA DE CONTAGEM DE PRAZOS. EXISTÊNCIA DE NORMA ESPECÍFICA NO ART. 798 DO CPP.

1. Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos declaratórios são cabíveis nas hipóteses de haver omissão, contradição, ambiguidade ou obscuridade na decisão prolatada. Não pode tal meio de impugnação ser utilizado como forma de se insurgir quanto à matéria de fundo, quando esta foi devidamente debatida no acórdão embargado.

2. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que, em ações que tratam de matéria penal ou processual penal, não incidem as novas regras do Código de Processo Civil - CPC, referentes à contagem dos prazos em dias úteis (art. 219 da Lei

13.105/2015), ante a existência de norma específica a regular a contagem do prazo (art. 798 do CPP), uma vez que o CPC é aplicado somente de forma suplementar ao processo penal.

3. Na hipótese, não há nenhuma irregularidade ensejadora dos embargos de declaração, visto que a causa foi satisfatoriamente decidida, em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no RE no AgRg no AREsp 981.030/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 28/11/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO APÓS O LAPSO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL. MOMENTO DE COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. É intempestivo o recurso especial interposto fora do prazo de 15 dias corridos, nos termos do art. 994, inciso VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, e 1.029, todos do Código de Processo Civil, bem como o art. 798 do Código de Processo Penal.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que "[...] em ações que tratam de matéria penal ou processual penal, não incidem as novas regras do Código de Processo Civil - CPC, referentes à contagem dos prazos em dias úteis (art. 219 da Lei 13.105/2015), ante a existência de norma específica a regular a contagem do prazo (art. 798 do CPP), uma vez que o CPC é aplicado somente de forma suplementar ao processo penal" (AgRg no AREsp 981.030/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/2/2017, DJe 22/2/2017).

3. Segundo a orientação firmada pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do AgInt no AREsp n.º 957.821/MG, a ocorrência de feriado local deve ser comprovada no ato de interposição do recurso.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1371538/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 01/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL APÓS O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS A CONTAR DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. CONSULTA AO SISTEMA PELO INTIMADO ANTES DE ESCOADO O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO ENVIO DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DO ART. 5º, §3º, DA LEI 11.419/2006. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A orientação jurisprudencial desta Corte firmou-se no sentido de que a contagem dos prazos processuais em matéria penal deve recair sobre os dias corridos, e não considerar apenas os dias úteis. Prevalece, no caso, a regra do art. 798 do CPP, em detrimento do art. 219 do novo CPC. Precedentes.

[...]

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1359077/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES

DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)

Desse modo, estando o acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência deste Sodalício, a pretensão do agravante esbarra no óbice previsto na Súmula n. 83 deste Superior Tribunal de Justiça, aplicável ao Recurso Especial interposto com fundamento em ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Por tais razões, **conhece-se do agravo para não conhecer do Recurso Especial**, nos termos do artigo 34, VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

